

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VITOR BARBOSA GARCEZ

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA: Um
Estudo com Jovens Profissionais

UBERLÂNDIA
AGOSTO DE 2025

VITOR BARBOSA GARCEZ

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA: Um
Estudo com Jovens Profissionais**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Reiner Alves Botinha

**UBERLÂNDIA
AGOSTO DE 2025**

RESUMO

Este estudo investiga a influência da educação financeira no planejamento de aposentadoria de profissionais em início de carreira, identificando os principais obstáculos enfrentados e a relação entre conhecimento teórico e aplicação prática. Partindo de teorias como a Teoria da Utilidade Esperada, a Teoria do Ciclo de Vida e a Teoria da Carteira de Investimentos, o trabalho analisa dados sobre o cenário previdenciário brasileiro e os fatores estruturais e financeiros que dificultam a poupança de longo prazo. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, por meio de questionário aplicado a jovens profissionais, avaliando perfil sociodemográfico, nível de conhecimento financeiro e práticas voltadas à aposentadoria. Os resultados revelam que, apesar de reconhecerem a importância de se preparar para o futuro, muitos apresentam dificuldades em estimar o valor necessário para a aposentadoria, lidar com imprevistos e ajustar o planejamento diante de mudanças econômicas. Observou-se que mais da metade dos participantes não realizam contribuições regulares para previdência complementar, apesar de considerar importante, e que não possuem conhecimento sobre os diferentes tipos de produtos financeiros disponíveis no mercado que auxiliam e facilitam alcançar sua liberdade financeira no futuro. Conclui-se que a educação financeira é fator determinante para reduzir a lacuna entre saber e fazer, sendo essencial a ampliação de programas de capacitação que sejam acessíveis contextualizados e adaptados às diferentes realidades socioeconômicas, garantindo que indivíduos de todos os perfis possam desenvolver habilidades financeiras sólidas ao longo da vida.

Palavras-Chave: Educação financeira. Planejamento de aposentadoria. Investimentos.

ABSTRACT

This study investigates the influence of financial education on retirement planning among early-career professionals, identifying key obstacles and the relationship between theoretical knowledge and practical application. Grounded in theories such as the Expected Utility Theory, the Life-Cycle Hypothesis, and the Modern Portfolio Theory, the research analyzes data on the Brazilian pension system and the behavioral and examines the structural and financial factors that hinder long-term saving. A qualitative approach was employed through a questionnaire administered to young professionals, assessing sociodemographic profiles, financial literacy levels, and retirement-oriented practices. The findings reveal that, although participants recognize the importance of preparing for the future, many face difficulties in estimating the amount required for retirement, handling unforeseen circumstances, and adjusting their plans in response to economic changes. Over half of the respondents do not make regular contributions to private pension plans, despite considering them important, and lack knowledge about the variety of financial products available to support the achievement of long-term financial freedom. The study concludes that financial education is a decisive factor in bridging the gap between knowing and doing, highlighting the need to expand accessible, contextualized training programs tailored to diverse socioeconomic realities, enabling individuals from all backgrounds to develop solid financial skills throughout life.

Keywords: Financial education. Retirement planning. Investments.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Capacidade de Entender e Gerenciar o orçamento mensal.....	24
Tabela 2 – Conhecimento sobre Produtos Financeiros.....	25
Tabela 3 – Preparação para Escolher Diferentes Tipos de Investimentos.....	25
Tabela 4 - Habilidade de Lidar com Dívidas e Evitar Endividamento Excessivo	26
Tabela 5 – Segurança ao Tomar Decisões Financeiras de Forma Independente	26
Tabela 6 – Disposição para Buscar Mais Conhecimento sobre Educação Financeira.....	27
Tabela 7 – Entendimento sobre a Diferença entre Previdência Social e Previdência Privada.....	27
Tabela 8 – Preparação para Calcular o Valor Necessário para a Aposentadoria.....	28
Tabela 9 – Confiança em Definir Metas de Poupança para Aposentadoria	28
Tabela 10 – Preparação para Lidar com Imprevistos Financeiros na Aposentadoria	29
Tabela 11 – Dependência da Previdência Social como Fonte Principal de Renda na Aposentadoria	30
Tabela 12 – Capacidade de Identificar e Selecionar Produtos Financeiros para Aposentadoria	30
Tabela 13 – Impacto do Conhecimento Financeiro no Planejamento de Aposentadoria	31
Tabela 14 – Capacidade de Transformar Conhecimento Teórico em Práticas Financeiras para Aposentadoria	32
Tabela 15 – Habilidade de Ajustar o Planejamento de Aposentadoria Diante de Mudanças Econômicas e Pessoais	32
Tabela 16 – Frequência de Revisão e Atualização do Planejamento de Aposentadoria ..	33
Tabela 17 – Preparação para Tomar Decisões que Evitem Prejuízos Financeiros no Longo Prazo	34
Tabela 18 – Motivação para Continuar Aprimorando os Conhecimentos Financeiros Voltados para Aposentadoria	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Educação Financeira	10
2.2 Conceito de Planejamento de Aposentadoria.....	11
2.3 Relação de Educação Financeira e Planejamento de Aposentadoria	12
2.3.1. <i>Impactos da Educação Financeira no Planejamento de Aposentadoria</i>	<i>13</i>
2.3.2. <i>Desafios e Necessidades no Contexto Brasileiro</i>	<i>14</i>
2.4 Teorias Adjacentes.....	17
2.4.1 <i>Teoria do Ciclo de Vida</i>	<i>17</i>
2.4.2 <i>Teoria da Utilidade Esperada.....</i>	<i>18</i>
2.4.3 <i>Teoria da Carteira de Investimentos.....</i>	<i>20</i>
3 ASPECTOS METODOLOGICOS	21
3.1 Coleta de dados e período de análise.....	21
3.2 Estrutura do instrumento e variáveis do estudo	21
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	22
4.1 Caracterização dos Respondentes	22
4.2 Educação Financeira e Planejamento de Aposentadoria dos Respondentes.....	23
4.2.1 <i>Educação Financeira</i>	<i>24</i>
4.2.2. <i>Planejamento de Aposentadoria</i>	<i>27</i>
4.2.3 <i>Aplicação da Educação Financeira no Planejamento de Aposentadoria</i>	<i>31</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, alterações demográficas, reformas na previdência e avanços tecnológicos têm modificado significativamente a maneira como as pessoas devem se preparar para o futuro. O envelhecimento da população, juntamente com a instabilidade econômica em ascensão e as restrições do sistema público de previdência, tem destacado a necessidade urgente de um planejamento financeiro individual mais estruturado (IBGE, 2017). No caso brasileiro, esse cenário tornou-se ainda mais desafiador após a crise econômica de 2014 a 2017, período em que o PIB encolheu cerca de 5%, que impactou diretamente na renda das famílias e na capacidade de poupança de grande parte da população (IBGE, 2017).

Apesar dessa necessidade crescente, grande parte da população brasileira ainda carece de conhecimento financeiro adequado para tomar decisões informadas ao longo da vida, especialmente no que se refere ao planejamento da aposentadoria. Segundo a pesquisa de Relatório Raio-X do Investidor Brasileiro (ANBIMA, 2024), apenas uma minoria da população compreende conceitos essenciais como diversificação de investimentos, risco, rentabilidade e juros compostos. Esse déficit de conhecimento compromete diretamente a capacidade de organizar um plano de aposentadoria sólido, contribuindo para decisões inadequadas ao longo da vida produtiva.

A literatura, tanto nacional quanto internacional, já reconhece a relevância da educação financeira na formação de indivíduos mais conscientes sobre suas finanças. “A relevância da educação financeira na formação de jovens” (Pelicioli, 2011), reforça essa visão ao demonstrar como a inclusão de conteúdos financeiros na formação escolar é fundamental para o desenvolvimento de comportamentos econômicos mais responsáveis desde cedo. No entanto, estudos ainda são escassos quando se trata de compreender como esse conhecimento se traduz, na prática, em ações de longo prazo, particularmente entre jovens profissionais que estão no início de sua trajetória.

Esse grupo etário representa um momento crucial de decisão: é quando se formam os primeiros hábitos financeiros e se definem os caminhos para o futuro. A lacuna existente entre o conhecimento financeiro e sua aplicação prática no contexto da previdência e da aposentadoria precisa ser investigada, especialmente à luz de novos desafios impostos pela reforma previdenciária de 2019 e os impactos da pandemia de COVID-19 (2020–2023), que afetaram profundamente o comportamento de poupança e investimento no país.

É nesse contexto que o presente estudo se insere, buscando investigar se a educação financeira pode contribuir para uma preparação mais efetiva para a aposentadoria entre jovens profissionais brasileiros.

No cenário econômico atual, a educação financeira tem se destacado como um elemento crucial para o bem-estar financeiro individual e coletivo. Conforme a expectativa de vida da população aumenta e os sistemas de previdência social se deparam com dificuldades para sustentar a aposentadoria de uma população envelhecida, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024) identificou que o número de beneficiários da previdência pode dobrar até 2060, enquanto o número de contribuintes deve cair, atualmente sendo uma proporção de 1,97 contribuinte para cada beneficiário que passaria para 0,86. Tornando -se essencial que os indivíduos desenvolvam desde cedo habilidades para administrar suas finanças pessoais de forma eficaz. O planejamento para a aposentadoria é um aspecto fundamental deste processo, especialmente para profissionais em início de carreira, que estão no começo de sua trajetória financeira e possuem o potencial de moldar seu futuro econômico (Lusardi; Mitchel, 2014).

Dado esse cenário, é importante compreender de que maneira a educação financeira afeta as decisões relacionadas ao planejamento de aposentadoria. Jovens entre 18 e 35 anos, embora tenham a oportunidade de construir uma base sólida para seu futuro financeiro, muitas vezes carecem de conhecimento suficiente para tomar decisões informadas sobre poupança e investimento a longo prazo. Isso nos leva à seguinte questão central que orienta este estudo.

A problemática central deste estudo é: Como a educação financeira está associada ao planejamento de aposentadoria de jovens profissionais? O objetivo da pesquisa consiste em analisar como a educação financeira está associada ao planejamento de aposentadoria entre jovens profissionais brasileiros em início de carreira. Como objetivos específicos, busca-se (i) identificar o nível de educação financeira nesse público; (ii) analisar as práticas e comportamentos relacionados ao planejamento previdenciário; e (iii) identificar os principais obstáculos enfrentados.

Esta questão busca compreender o grau em que o conhecimento financeiro influencia a formação de estratégias de longo prazo voltadas à aposentadoria, considerando o momento decisivo vivido por indivíduos em início de carreira. A distância entre o domínio conceitual da educação financeira e sua aplicação prática se torna evidente quando se observa que, apesar da crescente oferta de conteúdos educativos, muitos jovens ainda encontram obstáculos para tomar decisões informadas, seja por desconhecimento, falta de incentivo ou barreiras estruturais. Além disso, a ausência de uma cultura de poupança e de planejamento previdenciário entre os jovens contribui para decisões imediatistas, desfavoráveis a uma construção financeira sólida

no longo prazo. Assim, investigar como essa associação se apresenta e quais são os principais obstáculos enfrentados pode fornecer subsídios relevantes para estratégias educacionais e políticas públicas mais eficazes.

Além disso, sem uma compreensão clara dos riscos e benefícios do planejamento financeiro, muitos jovens subestimam a importância de começar a poupar cedo, o que pode resultar em insegurança financeira na velhice. A falta de preparo financeiro pode aumentar a dependência de programas de assistência social e reduzir significativamente a qualidade de vida após a aposentadoria, (Lima, 2020).

A importância dos objetivos delineados está diretamente ligada ao cenário econômico atual, onde o aumento da longevidade, com expectativa de vida alcançando 76,4 anos em 2023 (IBGE, 2023), e os desafios enfrentados pelos sistemas de previdência social tornam essencial que os jovens profissionais desenvolvam uma base sólida de educação financeira. O planejamento de aposentadoria é uma questão central, e este estudo busca preencher lacunas na literatura ao investigar o impacto da educação financeira nesse contexto.

A escolha do tema é justificada pela crescente complexidade e incerteza no ambiente financeiro e pela necessidade urgente de formar indivíduos mais preparados para garantir uma aposentadoria segura e confortável, uma vez que a expectativa de vida vem aumentando e os sistemas de previdência social enfrentando desafios de sustentabilidade. Profissionais em início de carreira, com idades entre 18 e 35 anos, estão em uma fase crucial de acumulação de ativos, mas muitas vezes carecem da experiência e do conhecimento necessários para tomar decisões financeiras informadas (Fernandes; Lynch Jr; Netemeyer, 2014).

Este estudo visa contribuir para a literatura existente ao analisar como a educação financeira pode influenciar positivamente o planejamento de aposentadoria entre esses jovens profissionais e identificar os principais obstáculos que enfrentam ao tentar se preparar para o futuro. A pesquisa de Soares, Costa e Garcia (2024) sugere que intervenções educacionais direcionadas podem melhorar significativamente o comportamento financeiro de longo prazo, promovendo uma maior conscientização sobre a importância de poupar para a aposentadoria desde cedo.

Este trabalho foi estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo é apresentado a introdução sobre o tema. No segundo capítulo, é apresentada o referencial teórico. O terceiro capítulo aborda a metodologia adotada. No quarto capítulo, são apresentados os dados coletados por meio de questionários aplicados. No quinto capítulo, são apresentados os resultados esperados da pesquisa. Por fim, o último capítulo traz as referências utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Financeira

A educação financeira é definida como o processo de adquirir conhecimentos e habilidades necessários para tomar decisões financeiras eficazes ao longo de suas vidas. De acordo com Lusardi (2008), a educação financeira é fundamental para que os consumidores façam escolhas conscientes sobre poupança, consumo, investimento e gestão de dívidas. A capacidade de compreender conceitos financeiros básicos, como juros compostos, inflação e diversificação de investimentos, permite que os indivíduos gerenciem suas finanças pessoais de maneira eficaz e se preparem melhor para o futuro.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), a educação financeira é o meio pelo qual os consumidores e investidores aprimoram sua compreensão sobre produtos financeiros e desenvolvem as habilidades necessárias para lidar com os riscos e oportunidades do mercado financeiro. Além disso, ela também envolve a construção de confiança para tomar decisões financeiras embasadas, garantindo que os indivíduos possam gerenciar suas finanças pessoais de maneira mais consciente e autônoma.

Vários estudos internacionais como Santos, D.B (2020), Mitchell, O. S et al. (2015) e Garber, G. et al. (2021) que traz evidência brasileira sobre o uso do crédito, apontam que a falta de educação financeira está diretamente relacionada a comportamentos financeiros inadequados, como o endividamento excessivo, a falta de poupança e decisões de investimento mal fundamentadas. De acordo com uma pesquisa do Banco Central do Brasil (2019), a falta de educação financeira no país também está associada a comportamentos de risco, como o uso excessivo de crédito, altas taxas de endividamento e a baixa taxa de poupança. Segundo pesquisa “Pulso 2023” IPSOS apenas 34% dos brasileiros afirmam ter o hábito de poupar regularmente, o que compromete a capacidade de muitos em enfrentar emergências financeiras e, principalmente, em garantir uma aposentadoria segura e estável.

A pesquisa de Klapper, Lusardi e Van Oudheusden (2015) destaca que a educação financeira é limitada globalmente, incluindo em países de terceiro mundo, como o Brasil. Eles apontam que a falta de conhecimento financeiro é um problema significativo que impede as pessoas de planejarem-se adequadamente para a aposentadoria, resultando em comportamentos

financeiros insatisfatórios. A pesquisa de Soares, Costa e Garcia (2024) reforça essa visão, demonstrando que um maior nível de educação financeira está associado a melhores práticas de gestão financeira, como a adoção de estratégias de poupança de longo prazo e a minimização de dívidas desnecessárias.

2.2 Conceito de Planejamento de Aposentadoria

O planejamento de aposentadoria envolve a preparação financeira para o período da vida após o término da carreira profissional ativa. Este planejamento inclui a definição de metas financeiras de longo prazo, a avaliação das necessidades futuras de renda e a implementação de estratégias de poupança e investimento para garantir que essas metas sejam atingidas. O estudo “psychological determinants of retirement financial planning behavior” (Tomar, et al. 2021) explora os fatores psicológicos do comportamento de planejamento financeiro para a aposentadoria, sugerindo que fatores como a percepção de tempo futuro, o autocontrole e a confiança financeira desempenham papéis críticos no preparo para a aposentadoria.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida ao nascer no Brasil alcançou 76,4 anos em 2023, superando inclusive o patamar pré-pandemia (IBGE, 2023). Esse aumento na longevidade reforça a necessidade de uma preparação financeira mais consistente para o período de aposentadoria, já que os indivíduos precisarão sustentar-se por mais anos sem contar com renda ativa. Paralelamente, o processo de envelhecimento populacional tem pressionado o sistema de previdência social, exigindo maior responsabilidade individual no planejamento. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o acelerado envelhecimento demográfico no Brasil projeta um crescimento expressivo nas despesas previdenciárias, revelando a urgência de ajustes estruturais e evidenciando que a sustentabilidade do regime depende também de maior engajamento da população em estratégias de poupança e previdência privada (IPEA, 2023).

A Previdência Social no Brasil enfrenta desafios crescentes de sustentabilidade, impulsionados pelo envelhecimento populacional e pela redução da base de contribuintes ativos. Em 2022, dados do Censo Demográfico do IBGE mostram que 10,9% da população brasileira tinha 65 anos ou mais, um aumento de 57,4% em relação a 2010. As projeções do IBGE indicam que essa proporção deve quase dobrar até 2050, alcançando cerca de 25% da população total. Com menos pessoas em idade produtiva contribuindo para o sistema e um número crescente de beneficiários, surgem incertezas sobre a capacidade da previdência pública

de manter benefícios adequados no futuro. Esse cenário reforça a necessidade de que cada indivíduo desenvolva estratégias financeiras próprias para a aposentadoria, complementando o benefício público e reduzindo a dependência exclusiva do sistema estatal.

O estudo de Lima (2020) sobre profissionais do setor privado no Brasil revela que muitos trabalhadores ainda carecem de um plano financeiro claro para a aposentadoria. A pesquisa mostra que, embora haja uma crescente conscientização sobre a importância da poupança para a aposentadoria, muitos jovens profissionais não adotam estratégias adequadas de poupança e investimento. Essa falta de preparação é frequentemente atribuída a uma combinação de falta de educação financeira, compreensão inadequada dos produtos financeiros disponíveis e uma tendência a subestimar o montante necessário para manter um padrão de vida adequado após a aposentadoria (Vieira, Matheis & Rosenblum, 2023).

2.3 Relação de Educação Financeira e Planejamento de Aposentadoria

A educação financeira e o planejamento de aposentadoria estão interligados. A capacidade de planejar adequadamente para o futuro financeiro depende diretamente do nível de educação financeira que o indivíduo possui. Sem o conhecimento necessário sobre como investir, economizar e manusear produtos financeiros, é improvável que as pessoas implementem estratégias apropriadas de longo prazo. Ferreira (2017) destaca que a organização financeira pessoal permite maior controle sobre seus objetivos e propósitos e proporciona mais tranquilidade, sendo um instrumento essencial para garantir segurança a longo prazo.

Segundo um estudo global realizado pela Standard & Poor's Global Financial Literacy Survey (2015), apenas 33% da população adulta mundial é considerada financeiramente educada. No Brasil, esse índice é ainda menor: apenas 25% dos adultos possuem o conhecimento financeiro necessário para tomar decisões econômicas informadas. Isso evidencia uma lacuna significativa na preparação da população para administrar suas finanças, o que afeta diretamente sua capacidade de poupar e investir, particularmente para objetivos de longo prazo, como a aposentadoria.

Conforme argumentado por Lusardi (2019), a educação financeira é um elemento essencial para que os consumidores façam escolhas informadas sobre poupança e investimentos. A pesquisa busca refletir essa necessidade, explorando os níveis de conhecimento financeiro e sua influência nas decisões de aposentadoria. Ainda, o trabalho de Lusardi (2023), reforça que os benefícios da alfabetização financeira se estendem por toda a vida, destacando que indivíduos financeiramente educados tendem a poupar mais, investir de

forma mais estratégica e adaptar-se melhor às mudanças econômicas. Essa perspectiva será explorada na análise qualitativa do estudo, utilizando questionário para compreender como diferentes níveis de educação financeira influenciam o planejamento de aposentadoria.

2.3.1. Impactos da Educação Financeira no Planejamento de Aposentadoria

O estudo de Soares, Costa e Garcia (2024) destaca que indivíduos com maior conhecimento financeiro são mais propensos a adotar comportamentos de poupança e investimento eficazes. Eles evidenciaram que o conhecimento financeiro melhora a capacidade da tomada de decisões informadas e aumenta a confiança para enfrentar desafios financeiros complexos, como a diversificação de investimentos e planejamento de longo prazo.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2017), a educação financeira é definida como um processo que aumenta a compreensão dos indivíduos sobre conceitos e produtos financeiros, ajudando-os a desenvolver habilidades e confiança para tomar decisões financeiras eficazes. A falta de conhecimento leva a comportamentos impróprios, como o uso excessivo de crédito

A educação financeira desempenha um papel fundamental na gestão de dívidas, um dos maiores obstáculos para o planejamento de aposentadoria. Muitos brasileiros enfrentam dificuldades para poupar porque estão sobrecarregados com dívidas de curto prazo, como cartões de crédito e empréstimos pessoais (BC, 2025). Como pode ver pelo Banco Central do Brasil (2025), a taxa de endividamento das famílias brasileiras no mês de março atingiu 48,60%, um dos maiores níveis já registrados ficando atrás dos 49,9% observados em julho de 2022.

Dados recentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) reforçam a vulnerabilidade financeira vivida por grande parte das famílias brasileiras. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), a proporção de famílias com dívidas voltou a crescer, passando de 77,6% em abril para 78,2% em maio de 2025, registrando a segunda alta consecutiva no ano. Embora esse número represente uma leve queda em relação ao mesmo período de 2024, quando 78,8% das famílias estavam endividadas, ele ainda evidencia um quadro preocupante.

A pesquisa considera como dívidas as obrigações financeiras vinculadas a cartão de crédito, cheque especial, carnês de loja, crédito consignado, empréstimos pessoais, cheque pré-datado, além de prestações de financiamentos de veículos e imóveis. Este cenário destaca a importância da educação financeira como meio para prevenir o superendividamento, promover

o uso responsável de crédito e assegurar maior capacidade de poupança, particularmente no contexto do planejamento de aposentadoria.

Lusardi (2023) demonstrou que a educação financeira tem benefícios que se estendem por toda a vida. Indivíduos que possuem um bom conhecimento financeiro não apenas tendem a poupar como também a investir mais, mas também são mais capazes de se adaptar às mudanças no cenário econômico e nas políticas de aposentadoria. Isso é relevante para o contexto brasileiro, onde as frequentes mudanças na legislação previdenciária exigem que os cidadãos estejam constantemente informados e preparados para ajustar suas estratégias de aposentadoria conforme necessário, Silva, B. A., & De Andrade, P. A. C. L. (2024).

Nesse sentido, a educação financeira desempenha um papel fundamental ao capacitar os indivíduos a administrar suas dívidas de maneira mais eficiente, dando prioridade ao pagamento de juros elevados e prevenindo armadilhas de crédito que comprometem diretamente sua estabilidade financeira. Essa habilidade é ainda mais relevante quando se considera a necessidade de construir reservas e estratégias sustentáveis para a aposentadoria ao longo da vida.

2.3.2. Desafios e Necessidades no Contexto Brasileiro

Nos últimos anos, o contexto do planejamento de aposentadoria no Brasil tem enfrentado uma série de desafios estruturais e comportamentais que ressaltam a necessidade de estratégias mais abrangentes para garantir a segurança financeira na velhice, conforme estudo de França e Soares (2009). Esses desafios são, em grande parte, uma consequência da crescente complexidade do panorama financeiro atual, marcado pela digitalização dos serviços, pelo avanço da informalidade no mercado de trabalho e pelas transformações nos hábitos de consumo.

A expansão das fintechs e a digitalização bancária, embora facilitem o acesso a serviços, também colocam as pessoas em contato com decisões complexas e com riscos financeiros pouco entendidos. Esse cenário é claramente apontado em estudo do Banco Central (2020) que alerta para a carência regulatória e a natureza complicada de produtos financeiros digitais para usuários com baixo nível de literacia financeira. Além disso, a Pesquisa Fintechs de Crédito Digital (PwC & ABCD, 2024) mostra que o aumento do volume de crédito fintech expõe muitos consumidores a contratos com taxas e condições que exigem atenção e compreensão detalhada. Conforme apontado pela OCDE (2022), a ausência de habilidades financeiras adequadas em um ambiente de rápida inovação pode aprofundar desigualdades e comprometer a capacidade

de construir reservas financeiras sustentáveis, especialmente em países com baixa proteção previdenciária complementar, como o Brasil.

Um dos principais obstáculos enfrentados atualmente é o esgotamento do modelo previdenciário tradicional, cuja lógica de repartição simples depende diretamente da proporção equilibrada entre contribuintes ativos e beneficiários inativos. Com as transformações no perfil do mercado de trabalho, como o avanço das formas de ocupação intermitente, o crescimento do trabalho por aplicativo e a rotatividade elevada, muitos trabalhadores deixam de contribuir de forma contínua para o sistema, segundo o Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2024) a taxa de informalidade no país chegou a 31,77%, sendo o maior percentual do período, comprometendo com a arrecadação previdenciária e agravando os desafios de financiamento do sistema.

Diante desse cenário, as reformas previdenciárias aprovadas, como a de 2019, evidenciam a necessidade urgente de ajustes, refletindo as dificuldades de um modelo que precisa sustentar um número crescente de beneficiários ao mesmo tempo em que sua base de arrecadação encolhe, Giambiagi, Pinto & Rothmuller (2018).

Dados do IBGE (2023) mostram que a expectativa de vida no Brasil subiu para 77 anos, um aumento significativo em comparação com a década anterior. Ao mesmo tempo, o país está envelhecendo rapidamente, e estima-se que, até 2050, mais de 25% da população brasileira terá 65 anos ou mais. Essas mudanças demográficas tornam inviável a dependência exclusiva do sistema público de aposentadoria, levando a uma necessidade crescente de fontes de renda alternativas para complementar os benefícios previdenciários.

Segundo o Relatório de Desigualdade Global (2022) além da pressão sobre o sistema previdenciário, a desigualdade econômica é um fator que afeta profundamente o planejamento de aposentadoria no Brasil, os 10% mais ricos concentram mais de 55% da renda nacional, enquanto a parcela mais pobre enfrenta dificuldades para acumular poupança. Esta disparidade econômica também se manifesta no acesso a produtos financeiros que poderiam auxiliar no planejamento a longo prazo, tais como planos de previdência complementar e investimentos diversificados. Devido à falta de acesso a esses produtos, muitos brasileiros não conseguem aproveitar as oportunidades que poderiam oferecer uma maior estabilidade financeira após a aposentadoria. O Banco Mundial (2021) apontou que cerca de 30% da população brasileira ainda não tem acesso a serviços bancários formais, o que limita significativamente suas opções para poupar e investir de maneira eficiente. No entanto o Banco Central (2022) aponta que cerca de 82% da população brasileira possui conta corrente.

A desigualdade no acesso a serviços financeiros não só limita as oportunidades de investimento para a aposentadoria, mas também intensifica a vulnerabilidade das famílias a dívidas de curto prazo. Mesmo com o avanço da bancarização no país, grande parte da população utiliza o sistema financeiro de maneira limitada, recorrendo, muitas vezes, a linhas de crédito emergenciais e com altos juros, como o cartão de crédito rotativo e o cheque especial. Esse padrão de consumo, motivado tanto por restrições de renda quanto por falta de orientação financeira, compromete a capacidade de poupança no longo prazo. O próprio Banco Central (2021), em seu Relatório de Cidadania Financeira, aponta que lacunas no uso adequado de serviços financeiros resultam em maior dependência de crédito emergencial. Em estudo específico, a instituição também identificou que o cheque especial é mais utilizado por pessoas de menor renda e escolaridade, reforçando o quadro de vulnerabilidade e exclusão previdenciária (Banco Central do Brasil, 2021). Nesse contexto, a união entre disparidade econômica, inclusão financeira insuficiente e uso inadequado do crédito destaca a urgência de políticas públicas e educacionais focadas na formação de uma cultura de planejamento desde os primeiros anos de vida adulta.

Outro aspecto que complica o planejamento de aposentadoria no Brasil é a volatilidade econômica. O histórico da economia do Brasil é caracterizado por momentos de instabilidade, como a recessão de 2015-2016 e a crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19 em 2020. Esses eventos resultaram em perdas significativas de emprego e flutuações na moeda e no mercado financeiro, o que dificulta o planejamento a longo prazo. Ademais, a inflação tem se mostrado uma questão constante, impactando diretamente no poder aquisitivo e deteriorando o valor das economias (IPCA, 2021). Em 2021, por exemplo, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 10,06%, o que comprometeu o poder de compra de muitos brasileiros. Diante dessa realidade, uma parcela significativa da população brasileira ainda demonstra resistência em diversificar suas estratégias de acumulação de patrimônio, preferindo a segurança percebida da caderneta de poupança, mesmo que isso signifique retornos reais negativos. Essa escolha, em grande parte, decorre não apenas do desconhecimento técnico, mas também de fatores comportamentais, como aversão à perda e excesso de conservadorismo financeiro. Conforme demonstrado por estudos de finanças comportamentais, como os de Kahneman e Tversky (1979), muitos indivíduos supervalorizam possíveis perdas em relação aos ganhos, o que os leva a evitar alternativas de investimento mais eficientes, mesmo quando adequadas ao seu perfil.

Esses desafios se agravam devido à contínua deficiência na educação financeira da população brasileira. Uma análise da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco

Central (2023) revelou que grande parte dos brasileiros ainda apresenta dificuldades em compreender conceitos básicos relacionados a orçamento, crédito e investimentos. Essa limitação não se restringe apenas a grupos de baixa renda, mas se estende inclusive a pessoas com escolaridade média e superior, indicando que o problema vai além da falta de acesso e envolve também a forma como o tema é abordado nos diversos ciclos de aprendizagem.

Embora as políticas públicas voltadas para a educação financeira tenham progredido de forma pontual, ainda não são suficientes para gerar alterações comportamentais relevantes. Além disso, a falta de elementos práticos e contextualizados nas ações já implementadas prejudica sua efetividade. Como apontado no estudo de Luiz Roberto Calado, que analisa iniciativas brasileiras comparadas ao modelo europeu, muitos programas têm baixa aderência ou falham em promover continuidade e mudança de comportamento concreto (Calado, 2016). De modo similar, o Idec, em sua avaliação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), alerta que ações episódicas e sem mensuração de impacto ficam aquém de promover educação financeira eficaz para todos os públicos (Idec, 2021). É crucial, portanto, ampliar os programas de educação financeira e assegurar sua acessibilidade a todas as classes sociais e idades, a fim de habilitar a população a fazer escolhas financeiras mais assertivas.

Além da necessidade de aprimorar a educação financeira, existe um aumento na procura por políticas que promovam a poupança de longo prazo. Embora existam incentivos fiscais para planos de previdência privada, como deduções para contribuições a planos PGDL (Plano Gerador de Benefício Livre), esses benefícios ainda são subutilizados (Silva et al, 2022). Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2022) indicam que apenas 10% dos brasileiros contribuem para algum tipo de previdência complementar. Isso é baixo quando comparado com outros países em desenvolvimento e aponta para uma necessidade de criar incentivos mais eficazes e claros para estimular a poupança e o investimento a longo prazo.

2.4 Teorias Adjacentes

2.4.1 Teoria do Ciclo de Vida

Proposta por Franco Modigliani e Richard Brumberg (1954), sugere que as pessoas procuram equilibrar consumo e poupança ao longo de suas vidas para manter um padrão de vida estável, mesmo durante a aposentadoria, quando a renda ativa deixa de existir. De acordo com essa teoria, indivíduos economizam durante seus anos de maior rendimento para sustentar

o consumo na fase de aposentadoria. Essa abordagem parte do pressuposto de que as pessoas são capazes de calcular quanto precisam economizar e investir para manter seu estilo de vida após a aposentadoria, considerando fatores como expectativa de vida, inflação e taxas de retorno de investimentos.

Essa teoria sugere que, durante a fase de maior atividade econômica (geralmente entre os 25 e 60 anos), as pessoas tendem a acumular riqueza para usar durante os anos de aposentadoria. Na prática, isso significa que, nos primeiros anos de vida ativa (de trabalho remunerado), os jovens costumam ter menos recursos disponíveis e, portanto, contraem empréstimos ou utilizam crédito para sustentar seu consumo (Modigliani e Brumberg, 1954). À medida que a renda aumenta e a estabilidade financeira é alcançada, os indivíduos economizam e investem mais, acumulando um patrimônio que será utilizado para sustentar a aposentadoria (Modigliani, 1986).

No entanto, a aplicação prática dessa teoria no cotidiano dos trabalhadores brasileiros ainda enfrenta obstáculos significativos. Estudos recentes em finanças comportamentais apontam que fatores como miopia temporal, a tendência de priorizar recompensas imediatas em detrimento de benefícios futuros, e baixa autorregulação influenciam negativamente o comportamento de poupança de longo prazo (Loewenstein et al, 2002). Conforme argumenta Loewenstein et al. (2002), mesmo quando há consciência da importância do planejamento financeiro, a tomada de decisão pode ser prejudicada por impulsos momentâneos, incerteza sobre o futuro e pela dificuldade de visualizar os impactos financeiros no longo prazo. No contexto brasileiro, essas barreiras são acentuadas pela falta de suporte institucional e cultural para a construção de hábitos previdenciários consistentes desde o início da vida profissional, o que limita a eficácia da teoria do ciclo de vida quando transposta à realidade prática.

De acordo com uma pesquisa do Banco Central do Brasil (2019), a taxa de poupança no Brasil é relativamente baixa, e muitos brasileiros não conseguem economizar o suficiente para sua aposentadoria. Esse comportamento pode ser explicado pela falta de acesso a produtos financeiros que incentivem a poupança e pela ausência de uma cultura de planejamento de longo prazo, fatores que a Teoria do Ciclo de Vida tenta abordar, mas que dependem de uma estrutura econômica mais robusta para serem superados.

2.4.2 Teoria da Utilidade Esperada

Originada dos trabalhos de Daniel Bernoulli (1738), sugere que as pessoas tomam decisões financeiras buscando maximizar a utilidade esperada de diferentes opções,

considerando riscos e benefícios. Quando se trata de planejamento para a aposentadoria, essa teoria implica que indivíduos ponderam os sacrifícios de curto prazo, como reduzir gastos imediatos, frente aos benefícios futuros de uma vida financeira estável após o término da carreira profissional. Entretanto, sem um entendimento adequado dos produtos financeiros e dos benefícios do planejamento de longo prazo, muitas pessoas tomam decisões que podem comprometer sua segurança financeira futura.

No contexto do planejamento de aposentadoria, a Teoria da Utilidade Esperada sugere que os indivíduos ponderam os sacrifícios de curto prazo, como a redução do consumo atual, em relação aos benefícios de longo prazo, como a segurança financeira na aposentadoria. A teoria presume que as pessoas são racionais e tomam decisões com base na maximização de seu bem-estar geral, considerando os risco e retorno de diferentes investimentos (Von Neumann & Morgenstern, 1944). No entanto, a realidade prática mostra que as decisões financeiras muitas vezes são influenciadas por fatores emocionais e comportamentais, como a aversão ao risco ou a preferência por gratificações imediatas.

Estudos, como o de Thaler e Shefrin (1981) mostram que, apesar da intenção de poupar para o futuro, muitos indivíduos acabam priorizando o consumo imediato devido à falta de autocontrole e preferência por gratificações instantâneas. Esse comportamento é exacerbado quando há uma deficiência de educação financeira, que poderia proporcionar as ferramentas necessárias para equilibrar as decisões de curto e longo prazo, ajudando as pessoas a compreender os benefícios da poupança e investimento antecipado para a aposentadoria.

No Brasil, a aplicação prática da Teoria da Utilidade Esperada enfrenta limitações consideráveis diante de um cenário marcado por instabilidade macroeconômica, flutuações cambiais e incertezas fiscais recorrentes. De acordo com Campello e Zucco (2020), esses fatores afetam diretamente a percepção de risco e a capacidade de mensurar a utilidade futura de decisões financeiras, levando os indivíduos a adotarem comportamentos defensivos e altamente conservadores. Em vez de otimizarem suas escolhas com base em expectativas racionais de retorno, muitos acabam optando por estratégias de curto prazo, motivadas mais por insegurança do que por cálculo.

Além disso, a assimetria de informação e a complexidade dos produtos financeiros dificultam a comparação entre alternativas de investimento, o que torna a tomada de decisão ainda mais vulnerável a vieses cognitivos. A Teoria da Utilidade Esperada sugere que a educação financeira é crucial para que os indivíduos compreendam as variáveis envolvidas em suas escolhas e possam tomar decisões mais alinhadas com suas necessidades de longo prazo.

2.4.3 Teoria da Carteira de Investimentos

Também conhecida como Modern Portfolio Theory (MPT), a Teoria da Carteira de Investimentos foi desenvolvida por Harry Markowitz (1952) e representa um dos marcos da moderna teoria financeira. Ela propõe que é possível maximizar o retorno esperado de um portfólio para um dado nível de risco, ou minimizar o risco para um dado nível de retorno, por meio da diversificação dos ativos. Essa teoria introduz o conceito de risco sistemático e não sistemático, argumentando que o segundo pode ser significativamente reduzido com uma combinação adequada de ativos que não possuam correlação perfeita entre si. Como destaca Bodie, Kane e Marcus (2014), a alocação eficiente de ativos permite ao investidor construir carteiras otimizadas que maximizam a utilidade esperada, considerando a aversão ao risco individual.

No contexto do planejamento de aposentadoria, a MPT contribui significativamente ao orientar os indivíduos sobre como construir uma carteira balanceada entre ativos de risco e segurança. Uma alocação estratégica entre renda fixa, ações, fundos imobiliários e outros ativos é essencial para garantir estabilidade e crescimento ao longo do tempo, especialmente em contextos de longo prazo. Segundo Elton, Gruber, Brown e Goetzmann (2011), a diversificação proporciona benefícios particularmente relevantes para objetivos previdenciários, pois protege o patrimônio contra choques econômicos inesperados e reduz a volatilidade do retorno total.

A aplicação prática dessa teoria é particularmente importante em economias emergentes como o Brasil, onde a inflação elevada e a volatilidade cambial afetam diretamente o valor real dos investimentos. Merton (1990) argumenta que, para horizontes temporais extensos, como o da aposentadoria, a diversificação intertemporal também deve considerar a alocação dinâmica dos ativos ao longo da vida do investidor, ajustando a carteira conforme sua tolerância ao risco e proximidade da aposentadoria. Essa abordagem contribui para mitigar os efeitos de ciclos econômicos desfavoráveis, oferecendo um caminho mais previsível de acumulação patrimonial.

Contudo, estudos indicam que grande parte da população brasileira ainda mantém seus recursos concentrados em ativos conservadores, como a caderneta de poupança, mesmo quando expostos a perdas reais diante da inflação. Conforme evidenciado por Lusardi e Mitchell (2014), isso está frequentemente relacionado à baixa educação financeira e à aversão ao risco exacerbada. Essa escolha contrasta com os princípios da MPT, que recomendam uma diversificação balanceada como estratégia racional de proteção e crescimento. Nesse sentido, a inclusão da teoria da carteira no processo educacional pode ajudar os investidores iniciantes a

entenderem os benefícios da diversificação e a superarem barreiras comportamentais, como o viés da inércia ou a aversão à perda, conforme discutido por Kahneman e Tversky (1979).

3 ASPECTOS METODOLOGICOS

3.1 Coleta de dados e período de análise

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário elaborado na plataforma Google Forms, sendo encaminhado para o comitê de ética e aplicado pré teste, totalizando cento e quarenta e cinco participações. Os respondentes participantes são de cidades distintas do estado de Minas Gerais: Uberlândia, Monte Carmelo e Patrocínio.

Para a análise dos resultados, optou-se por dividir a amostra em dois grupos etários: pessoas com até 35 anos e pessoas acima de 35 anos. O critério adotado justifica-se pela proposta central deste estudo, que busca compreender de que maneira a educação financeira influencia o planejamento de aposentadoria entre jovens profissionais.

A coleta de dados foi do tipo *Survey*, por meio da aplicação de questionários estruturados com foco maior em estudantes de cursos da área de negócios, tanto no turno integral quanto noturno. A pesquisa foi disponibilizada para docentes de Ciências Contábeis e Administração e de forma complementar, usou-se a técnica de *Snowball* (bola de neve), na qual o participante é incentivado a divulgar a pesquisa a outras pessoas. A escolha por estudantes de Ciências Contábeis e Administração como sujeito da pesquisa pois esses têm a posição ideal para absorver conteúdos sobre educação financeira.

O período de análise se deu durante o mês de julho e agosto de 2025, no qual foram aplicados os questionários e coletadas todas as respostas utilizadas neste trabalho. As respostas refletem a percepção dos participantes naquele momento específico. Ressalta-se que houve tempo hábil para a divulgação dos formulários e consolidação dos dados para análise.

3.2 Estrutura do instrumento e variáveis do estudo

O questionário foi organizado em duas etapas. A primeira com questões para caracterização dos respondentes, onde aborda questões como gênero, idade, se trabalha, se faz faculdade, e se possui contatos iniciais com educação financeira e planejamento de aposentadoria.

A segunda etapa foi dividida em três seções (Educação Financeira, Planejamento de Aposentadoria, Aplicação da Educação Financeira no Planejamento de Aposentadoria) com questões mais aprofundadas, de forma a compreender com mais detalhes sobre os conhecimentos dos participantes.

No que se refere às variáveis do estudo, dentre as mais relevantes, destacam-se como variáveis independentes: Idade do participante, se trabalha atualmente, sua formação, se já participou de um curso ou palestra de educação financeira, se durante a formação do curso ele possuiu matérias sobre educação financeira, se atualmente tem algum tipo de investimento, se possui e considera importante o um planejamento de aposentadoria.

Destacam-se como variáveis dependentes: a percepção do respondente, conhecimento, atitude e comportamento sobre o assunto de educação financeira, planejamento de aposentadoria e aplicação da educação financeira para um bom planejamento de aposentadoria.

Deve-se destacar que junto a isso há variáveis compostas como o índice de educação financeira percebida, índice de preparação para aposentadoria e o índice de aplicação do conhecimento no planejamento.

O questionário é composto por perguntas fechadas dicotômicas e escalas de autorrelato (Likert de 0 a 10), permitindo a mensuração do grau de conhecimento financeiro, comportamentos relacionados à poupança e percepção sobre o planejamento da aposentadoria. A análise dos dados se deu por meio de análise descritiva com o objetivo de identificar possíveis padrões entre idade, formação, situação profissional e atitudes frente ao planejamento financeiro.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização dos Respondentes

Na primeira etapa do questionário foram feitas questões para a caracterização dos respondentes quanto a gênero, idade, se trabalha, forma de atuação, faculdade e o período em que se encontra, e questões que buscam entender o nível de educação financeira que o respondente possui e se já adota práticas de poupança e investimento e de planejamento de aposentadoria.

A amostra coletada possui 62,1% respondentes do gênero feminino, enquanto 37,2% dos respondentes declararam ser do gênero masculino. Houve um respondente que se identifica como Não-Binário.

Quanto a idade dos participantes, nota-se que 41,4% são pessoas que situa entre 18 a 20 anos, 42,8% são pessoas que estão entre 21 a 25 anos, 7,6% pessoas entre 26 a 30 anos, 2,1% pessoas entre 31 e 35 anos, e 6,2% de pessoas acima dos 36 anos. Cerca de 72,4% das pessoas marcaram que trabalham no momento enquanto 27,6% das pessoas marcaram que não trabalham. Das pessoas que marcaram que trabalham, 65,5% são CLTs, 12,7% Estagiarias, 11,8% atual como CNPJ e 10,0% MEI.

Através do questionário, identificou-se que a maioria dos respondentes (85,6%) ainda estão presentes nas faculdades variando bastante o período em que estão, 12,4% já são formados e 2,0% não estão na faculdade. Nota-se preponderantemente cursos que possuem fundamentos de educação financeira, cerca de 69,6% das pessoas em que 43,4% são do curso de Ciências Contábeis, enquanto 26,2% do curso de Administração.

Também foi questionado aos participantes algumas perguntas introdutórias sobre o contato com o tema. As questões abordaram se os participantes já tiveram acesso a conteúdo de educação financeira durante sua graduação, se possuem formação específica na área, se já participaram de palestras ou cursos sobre o tema e se possui atualmente algum tipo de investimento. Os resultados mostraram que cerca de 89,7% dos participantes não possuem formação em educação financeira. No entanto, 62,8% afirmam que já participaram de algum curso ou palestra sobre o assunto. Cerca de 57,2% responderam que durante sua graduação tiveram acesso a esse tipo de conteúdo e 67,6% indicaram possuir atualmente investimentos ou poupanças.

Foi perguntado aos participantes se possui atualmente algum planejamento de aposentadoria, 72,4% responderam que não. No entanto 95,9% responderam que acham importante planejar a aposentadoria desde o início de sua vida profissional.

4.2 Educação Financeira e Planejamento de Aposentadoria dos Respondentes

A segunda etapa do questionário contou com 18 questões distribuídas igualmente em três seções distintas para os respondentes. A primeira seção, chamada “Educação Financeira”, busca entender com mais detalhes o conhecimento dos participantes sobre o tema. A segunda seção, chamada “Planejamento de Aposentadoria”, foca em como os participantes se envolvem com o tema. A terceira seção, chamada “Aplicação da Educação Financeira no Planejamento

de Aposentadoria” aborda ambos os temas de forma a compreender se a educação financeira pode contribuir para o planejamento de aposentadoria.

Cada questão solicitava que o respondente atribuisse uma nota de 0 a 10, em que 0 representava "Muito baixa", 5 representando “Média” e 10 representando "Muito Alta". O objetivo era avaliar o nível de conhecimento sobre os temas e a percepção dos participantes sobre suas habilidades financeiras e como influenciavam suas decisões referente ao planejamento de aposentadoria.

Foi feita uma separação entre dois grupos, primeiro grupo integra pessoas com idades entre 18 e 35 anos, enquanto o segundo grupo com idade superior a 35 anos. Essa segmentação foi realizada com o intuito de identificar se a idade é um influenciador direto nas respostas.

4.2.1 Educação Financeira

A primeira pergunta questiona o nível de capacidade que a pessoa possui em entender e gerenciar o próprio orçamento mensal.

Tabela 1 – Capacidade de Entender e Gerenciar o orçamento mensal.			
Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	0,69%	0,00%	0,69%
1	1,38%	0,69%	2,07%
2	2,76%	0,00%	2,76%
3	4,83%	0,00%	4,83%
4	6,21%	0,00%	6,21%
5	19,31%	1,38%	20,69%
6	10,34%	0,00%	10,34%
7	11,03%	2,07%	13,10%
8	20,69%	1,38%	22,07%
9	8,97%	0,00%	8,97%
10	7,59%	0,69%	8,28%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que a maioria das pessoas se encontra na escala 5 e 8 com 20,69% e 22,07% respectivamente, mostrando que muitos se sentem seguros com seu controle financeiro mensal. Tecendo uma análise considerando de 0 a 5, e posteriormente de 6 a 10, é possível perceber que uma concentração maior de pessoas sente que possui capacidade de gerenciar o orçamento mensal.

Em seguida, é questionado o nível de conhecimento sobre os produtos financeiros disponíveis no mercado, como poupança, CDB, ações, fundos em gerais, previdências.

Tabela 2 – Conhecimento sobre Produtos Financeiros

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	11,72%	0,69%	12,41%
1	8,97%	1,38%	10,34%
2	6,90%	0,00%	6,90%
3	10,34%	0,00%	10,34%
4	8,28%	0,00%	8,28%
5	17,93%	1,38%	19,31%
6	13,79%	0,69%	14,48%
7	4,83%	1,38%	6,21%
8	5,52%	0,69%	6,21%
9	3,45%	0,00%	3,45%
10	2,07%	0,00%	2,07%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

É possível perceber uma predominância na escala 5 com 19,31% e 6 com 14,48% destacando maior adesão entre os respondentes de 18 a 35 anos de idade. Porém quando analisado de 0 a 5, e de 6 a 10, nota-se que a maioria das pessoas (67,59%) não possuem conhecimento sobre os diferentes tipos de investimento. Esse resultado pode ter relação com os resultados da Tabela 3 no que tange à preparação para escolher entre os diferentes tipos de investimentos.

Tabela 3 – Preparação para Escolher Diferentes Tipos de Investimentos

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	20,69%	2,07%	22,76%
1	7,59%	0,00%	7,59%
2	10,34%	0,00%	10,34%
3	11,03%	0,00%	11,03%
4	9,66%	2,07%	11,72%
5	8,97%	0,00%	8,97%
6	7,59%	0,00%	7,59%
7	6,90%	1,38%	8,28%
8	6,90%	0,69%	7,59%
10	4,14%	0,00%	4,14%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 aponta que 22,76% dos respondentes consideram muito baixa sua preparação para escolher entre os diversos tipos de investimentos que possui atualmente. O

estudo de Lusardi e Mitchel (2014) demonstra que mesmo em indivíduo com alto grau de escolaridade, a compreensão sobre conceitos básicos de juros compostos, inflação e diversificação de risco é limitada demonstrando que mesmo pessoas de alto escolaridade possui dificuldade em escolher diferentes tipos de investimentos.

O quarto questionamento refere-se a respeito da habilidade de lidar com dívidas e evitar o endividamento excessivo.

Tabela 4 - Habilidade de Lidar com Dívidas e Evitar Endividamento Excessivo

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	3,45%	0,00%	3,45%
1	1,38%	0,69%	2,07%
2	3,45%	0,00%	3,45%
3	3,45%	0,69%	4,14%
4	4,83%	0,69%	5,52%
5	17,93%	0,00%	17,93%
6	6,21%	0,69%	6,90%
7	11,72%	0,69%	12,41%
8	19,31%	2,07%	21,38%
9	8,28%	0,00%	8,28%
10	13,79%	0,69%	14,48%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

A maioria das pessoas (63,45%) consideram ter habilidades para lidar com possíveis dívidas e endividamento em excesso. Cerca de 44,14% compõem respostas consideradas alta ou muito alta. O estudo de Soares, Costa e Garcia (2024) demonstra que indivíduos com maior conhecimento financeiro apresentam melhores práticas de poupança e menor propensão ao endividamento excessivo.

A questão seguinte tratou a respeito do quão seguro o respondente se sente ao tomar decisões financeiras sozinho.

Tabela 5 – Segurança ao Tomar Decisões Financeiras de Forma Independente

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	3,45%	0,00%	3,45%
1	0,00%	0,69%	0,69%
2	4,14%	0,69%	4,83%
3	8,97%	0,00%	8,97%
4	8,28%	0,00%	8,28%
5	19,31%	0,69%	20,00%
6	8,28%	0,69%	8,97%
7	7,59%	2,07%	9,66%
8	11,72%	1,38%	13,10%
9	9,66%	0,00%	9,66%
10	12,41%	0,00%	12,41%

Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%
--------------------	--------	-------	---------

Fonte: Dados da pesquisa

Por mais que a porcentagem tenha diminuído comparada a pergunta anterior, cerca de 53,79% das pessoas marcaram entre 6 e 10, mostrando confiança ao tomar decisões financeiras sem o auxílio de outra pessoa. A sexta pergunta tratava do quão disposto a pessoa estaria em buscar mais conhecimento sobre educação financeira.

Tabela 6 – Disposição para Buscar Mais Conhecimento sobre Educação Financeira

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	0,69%	0,00%	0,69%
1	0,00%	0,00%	0,00%
2	1,38%	0,00%	1,38%
3	2,76%	0,00%	2,76%
4	3,45%	0,00%	3,45%
5	4,83%	0,69%	5,52%
6	4,83%	0,00%	4,83%
7	8,97%	0,69%	9,66%
8	13,10%	0,00%	13,10%
9	9,66%	0,69%	10,34%
10	44,14%	4,14%	48,28%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Cerca de 67,59% das pessoas consideraram baixo seu conhecimento sobre os produtos financeiros no mercado, sendo que a maioria delas estaria disposta a correr atrás e buscar conhecimento sobre educação financeira, destacando que cerca de 86,21% marcaram entre 6 e 10.

4.2.2. Planejamento de Aposentadoria

Adentrando às questões acerca do planejamento de aposentadoria, a sétima questão questionava o respondente quanto ao seu nível de entendimento sobre a diferença entre previdência social e previdência privada.

Tabela 7 – Entendimento sobre a Diferença entre Previdência Social e Previdência Privada

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	14,48%	0,69%	15,17%
1	2,07%	0,00%	2,07%
2	8,97%	0,00%	8,97%
3	4,14%	0,00%	4,14%
4	6,90%	0,69%	7,59%
5	17,24%	1,38%	18,62%
6	8,28%	0,00%	8,28%

7	9,66%	0,00%	9,66%
8	10,34%	1,38%	11,72%
9	2,76%	1,38%	4,14%
10	8,97%	0,69%	9,66%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Pela Tabela 7 é possível perceber que 18,62% das pessoas acreditam entender de forma mediana a diferença entre a previdência privada e social, enquanto 15,17% marcaram a alternativa de muito baixa. Ambas as opções tiveram forte presença de pessoas com idades entre 18 e 20 anos, 7,59% e 8,28% respectivamente. A oitava questão indaga sobre o quão preparado o respondente se sente para calcular o valor necessário para a aposentadoria.

Tabela 8 – Preparação para Calcular o Valor Necessário para a Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	28,28%	0,69%	28,97%
1	3,45%	0,00%	3,45%
2	9,66%	0,69%	10,34%
3	7,59%	0,69%	8,28%
4	4,83%	0,69%	5,52%
5	14,48%	0,69%	15,17%
6	5,52%	0,69%	6,21%
7	6,21%	1,38%	7,59%
8	6,21%	0,69%	6,90%
9	0,69%	0,00%	0,69%
10	6,90%	0,00%	6,90%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Considerando o fato de que o cálculo muitas vezes envolve juros compostos, sendo necessário adicionar o valor da inflação e a valorização anual do valor base, o cálculo torna-se complexo, sendo compreensível que a maioria das pessoas (71,72%) tenha marcado de 0 a 5. O estudo de Lima (2020) revela que muitos profissionais possuem uma compreensão limitada sobre os conceitos financeiros essenciais para o planejamento de aposentadoria, levando a estratégias não adequadas para uma aposentadoria segura. A próxima pergunta questiona o nível de confiança do respondente em definir metas de poupança para a aposentadoria.

Tabela 9 – Confiança em Definir Metas de Poupança para Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	13,79%	0,69%	14,48%
1	4,83%	0,00%	4,83%
2	8,28%	0,00%	8,28%
3	6,90%	1,38%	8,28%
4	9,66%	1,38%	11,03%

5	15,86%	0,00%	15,86%
6	11,03%	0,00%	11,03%
7	8,28%	1,38%	9,66%
8	6,90%	1,38%	8,28%
9	1,38%	0,00%	1,38%
10	6,90%	0,00%	6,90%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Novamente a maioria das pessoas marcou entre 0 e 5 (62,76%), isso mostra que elas não conseguem definir metas atuais para chegar nesse objetivo, sendo prejudicado principalmente por não conseguirem fazer o cálculo futuro de aposentadoria e cálculo atual da meta necessária.

A decima pergunta é referente a quão preparado a pessoa se sente preparada para lidar com imprevistos financeiros durante sua aposentadoria.

Tabela 10 – Preparação para Lidar com Imprevistos Financeiros na Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	24,83%	1,38%	26,21%
1	4,83%	0,00%	4,83%
2	6,21%	0,00%	6,21%
3	11,72%	1,38%	13,10%
4	9,66%	0,69%	10,34%
5	14,48%	0,00%	14,48%
6	4,83%	0,00%	4,83%
7	4,83%	1,38%	6,21%
8	7,59%	1,38%	8,97%
10	4,83%	0,00%	4,83%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

É possível notar pela Tabela 10 que cerca de 26,21% das pessoas marcaram escala 0 para sua preparação para lidar com imprevistos financeiros na aposentadoria, totalizando 75,17% entre 0 e 5. O estudo de Brown, Kapteyn e Mitchell (2016) aponta que a baixa capacidade de antecipar contingências, como problemas de saúde ou crises econômicas, é um dos principais fatores que levam à insegurança financeira na velhice.

Existem vários motivos para as pessoas não se sentirem preparadas para lidar com os imprevistos financeiros na aposentadoria, como a falta de planejamento de longo prazo, desconhecimento dos imprevistos, falta de acompanhamento ou de percepção de prioridade, e até mesmo a dependência da previdência social como fonte principal de renda na aposentadoria, como pode ser visto na Tabela 11.

Tabela 11 – Dependência da Previdência Social como Fonte Principal de Renda na Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	25,52%	0,00%	25,52%
1	5,52%	0,00%	5,52%
2	8,28%	0,69%	8,97%
3	6,90%	0,69%	7,59%
4	6,90%	0,69%	7,59%
5	17,24%	1,38%	18,62%
6	4,14%	0,69%	4,83%
7	3,45%	0,69%	4,14%
8	6,90%	1,38%	8,28%
9	2,76%	0,00%	2,76%
10	6,21%	0,00%	6,21%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Como pode ser visualizado na Tabela 11, os respondentes parecem não ter plena confiança no sistema previdenciário social como principal fonte de renda. Cerca de 73,79% das pessoas marcaram entre a escala 0 e 5, sendo que 25,52% marcaram muito baixa, ou seja, não acreditam que vão depender da previdência social no futuro. A próxima pergunta, é com base na capacidade de identificar e selecionar produtos financeiros adequados para a aposentadoria.

Tabela 12 – Capacidade de Identificar e Selecionar Produtos Financeiros para Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	22,76%	1,38%	24,14%
1	6,90%	0,00%	6,90%
2	5,52%	0,69%	6,21%
3	11,03%	0,69%	11,72%
4	8,97%	0,69%	9,66%
5	12,41%	0,69%	13,10%
6	7,59%	0,00%	7,59%
7	5,52%	0,69%	6,21%
8	4,83%	1,38%	6,21%
9	2,76%	0,00%	2,76%
10	5,52%	0,00%	5,52%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Assim como na Tabela 3 que foi analisado o quão preparado o respondente se sente preparado para escolher entre os diferentes tipos de investimento, foi questionado a respeito da capacidade de identificar e selecionar produtos financeiros que garantam sua aposentadoria no futuro e a maioria (71,72%) marcou entre 0 e 5, mostrando novamente que acreditam entre muito baixa e médio na capacidade de fazer uma boa escolha para o futuro, passando a depender de outras pessoas para fazer essa escolha ou a tomar iniciativas de aumentar o conhecimento na área para poder mudar o rumo futuro.

4.2.3 Aplicação da Educação Financeira no Planejamento de Aposentadoria

A décima terceira pergunta vem com o intuito de mesclar ambos os temas, e questionar a respeito do impacto do conhecimento financeiro na capacidade de planejar a aposentadoria de forma eficaz.

Tabela 13 – Impacto do Conhecimento Financeiro no Planejamento de Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	11,03%	0,00%	11,03%
1	3,45%	0,00%	3,45%
2	5,52%	0,00%	5,52%
3	6,21%	0,69%	6,90%
4	4,83%	0,69%	5,52%
5	19,31%	1,38%	20,69%
6	6,21%	0,69%	6,90%
7	8,97%	0,69%	9,66%
8	12,41%	1,38%	13,79%
9	2,07%	0,00%	2,07%
10	13,79%	0,69%	14,48%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 13 mostra que apenas 46,9% acreditam que o conhecimento financeiro tem impacto no planejamento de aposentadoria, enquanto os outros 53,10% marcaram de 0 a 5, sendo que 20,69% dessas pessoas estão presentes na escala 5. Diferindo do estudo de Brown e Graf (2013), em que mostra que as pessoas com maior conhecimento financeiro são mais propensas a planejar e alcançar melhores práticas para aposentadoria.

A decima quarta pergunta é feita para entender se o respondente consegue transformar conhecimento teórico em prático de forma que garanta uma aposentadoria tranquila.

Tabela 14 – Capacidade de Transformar Conhecimento Teórico em Práticas Financeiras para Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	11,03%	1,38%	12,41%
1	2,76%	0,00%	2,76%
2	8,28%	0,69%	8,97%
3	9,66%	0,69%	10,34%
4	11,03%	0,00%	11,03%
5	17,24%	0,00%	17,24%
6	12,41%	0,00%	12,41%
7	8,28%	2,76%	11,03%
8	6,90%	0,69%	7,59%
9	3,45%	0,00%	3,45%
10	2,76%	0,00%	2,76%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se pela Tabela 14 que a maioria das pessoas (62,76%) acreditam ter uma capacidade baixa a média de transformar conhecimento teórico em práticas financeiras que garantam uma aposentadoria tranquila. Isso fortalece o argumento discutido ao longo do texto de que mesmo para aqueles que possuem conhecimento adequado, os indivíduos ficam perdidos pela ampla quantidade de opções de investimento. O estudo de Vieira, Matheis e Rosenblum (2023) evidência exatamente essa questão, de que os brasileiros ainda não conseguem transformar conhecimento em ações concretas de preparação para a aposentadoria, exigindo políticas públicas mais eficazes e acessíveis.

A próxima pergunta é de como avalia a habilidade de ajustar seu planejamento de aposentadoria diante de mudanças econômicas e pessoais.

Tabela 15 – Habilidade de Ajustar o Planejamento de Aposentadoria Diante de Mudanças Econômicas e Pessoais

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	15,17%	0,00%	15,17%
1	4,14%	0,69%	4,83%
2	6,90%	0,69%	7,59%
3	13,10%	1,38%	14,48%
4	6,90%	0,00%	6,90%
5	14,48%	0,69%	15,17%
6	13,10%	0,69%	13,79%

7	5,52%	0,69%	6,21%
8	7,59%	0,69%	8,28%
9	2,07%	0,69%	2,76%
10	4,83%	0,00%	4,83%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

É possível notar que a maioria das pessoas, cerca de 64,14%, marcaram de 0 a 5 em que 15,17% das pessoas marcaram escala 0, 14,48% marcou escala 3 e 15,17% marcaram escala 5, ou seja, acreditam possuir uma habilidade baixa a média quanto a ajustar o planejamento de aposentadoria diante de mudanças econômicas e pessoais. Isso é explicado por diversos motivos, como a falta de conhecimento para fazer esses ajustes necessários, falta de disciplina, falta de conhecimento sobre possíveis mudanças e incertezas econômicas e falta de apoio profissional. A decima sexta, questiona o quão frequente revisa e atualiza o planejamento de aposentadoria.

Tabela 16 – Frequência de Revisão e Atualização do Planejamento de Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	44,83%	2,07%	46,90%
1	6,90%	0,00%	6,90%
2	6,21%	0,00%	6,21%
3	8,28%	0,69%	8,97%
4	3,45%	0,00%	3,45%
5	8,97%	2,07%	11,03%
6	2,07%	0,69%	2,76%
7	4,83%	0,00%	4,83%
8	2,76%	0,69%	3,45%
9	1,38%	0,00%	1,38%
10	4,14%	0,00%	4,14%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Com a esmagadora porcentagem de 46,90%, sendo principalmente por jovens de 18 a 20 anos (20,69%) e 21 a 25 anos (17,24%), nota-se que a maioria das pessoas não revisam seu planejamento futuro, totalizando 83,45% que marcaram entre a faixa 0 e 5. Isso mostra ser um dos principais problemas desses profissionais, uma vez que imprevistos podem acontecer e se não for revisto podem acabar sendo prejudicados quando atingirem uma idade mais avançada.

A próxima pergunta busca identificar se o respondente se sente preparado para tomar decisões que evitem prejuízos financeiros de longo prazo.

Tabela 17 – Preparação para Tomar Decisões que Evitem Prejuízos Financeiros no Longo Prazo

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	9,66%	0,00%	9,66%
1	4,83%	0,69%	5,52%
2	8,97%	0,69%	9,66%
3	11,03%	0,00%	11,03%
4	8,28%	1,38%	9,66%
5	11,72%	0,69%	12,41%
6	9,66%	0,00%	9,66%
7	4,83%	1,38%	6,21%
8	13,10%	1,38%	14,48%
9	2,07%	0,00%	2,07%
10	9,66%	0,00%	9,66%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto a preparação para tomada de decisões que evitem prejuízos financeiros no longo prazo, a maioria (57,93%) marcou escala de 0 a 5, variando pouco de escala para escala. No entanto é possível perceber que a escala 8 foi a mais marcada, obtendo cerca de 14,48%, indicando que muitos sentem mais confiantes quanto a esse tema, principalmente jovens entre 21 e 25 anos que ficou responsável por 6,21%.

Finalizando o questionário, foi questionado a quão motivada a pessoa está para continuar aprimorando os conhecimentos financeiros voltas para a aposentadoria.

Tabela 18 – Motivação para Continuar Aprimorando os Conhecimentos Financeiros Voltados para Aposentadoria

Escala de 0 a 10	18 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total Geral
0	3,45%	0,00%	3,45%
1	2,76%	0,00%	2,76%
2	3,45%	0,00%	3,45%
3	3,45%	0,69%	4,14%
4	4,14%	0,00%	4,14%
5	9,66%	0,00%	9,66%
6	9,66%	0,69%	10,34%
7	12,41%	1,38%	13,79%
8	10,34%	0,69%	11,03%
9	9,66%	0,00%	9,66%
10	24,83%	2,76%	27,59%
Total Geral	93,79%	6,21%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Por mais que a maioria das perguntas apresentou resultados considerados negativos, a última pergunta, como pode ser vista na Tabela 18, trouxe números positivos quanto a motivação dos participantes para continuar aprimorando os conhecimentos financeiros voltados para a aposentadoria. Cerca de 72,41% marcaram entre a faixa 6 e 10, em que a faixa 10 foi a mais marcada com 27,59%, mostrando de fato que os respondentes consideram muito alta sua motivação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a relação da educação financeira no planejamento de aposentadoria de profissionais em início de carreira, identificando os principais obstáculos enfrentados e a relação entre conhecimento teórico e aplicação prática. A partir da aplicação de questionários estruturados foi possível identificar padrões e lacunas que confirmam os pontos discutidos ao longo do texto.

Os resultados mostraram que, apesar de muitos participantes perceberem a relevância de se preparar financeiramente para o futuro, apenas uma pequena parcela possui um planejamento bem definido para a aposentadoria. Entre os principais desafios estão a baixa preparação para lidar com imprevistos na aposentadoria, cálculo do valor necessário para manter o padrão de vida desejado e a falta de habilidades necessárias para adaptar o planejamento diante de mudanças econômicas ou pessoais.

Verificou-se que a falta de entendimento acerca de produtos financeiros apropriados, aliada à escolha por opções de baixo rendimento, prejudica a capacidade de acumulação de patrimônio ao longo do tempo. Além disso, a ausência de acompanhamento e revisão frequente do planejamento se destacou como um dos aspectos problemáticos, evidenciando a urgência de iniciativas de educação financeira que sejam constantes e não apenas esporádicas. Esses achados reforçam a lógica proposta pela Teoria do Ciclo de Vida, segundo a qual o equilíbrio entre consumo e poupança é essencial ao longo da trajetória profissional, mas muitas vezes negligenciado na prática.

Dessa forma, o estudo reforça que aprender sobre finanças é fundamental para criar boas estratégias de aposentadoria e que essa educação deve começar cedo na carreira. A Teoria da Utilidade Esperada ajuda a explicar porque, mesmo reconhecendo a importância do futuro, muitos participantes ainda demonstram preferência por recompensas imediatas, o que limita a

efetividade de seus planos de longo prazo. É importante que políticas públicas, empresas e programas de ensino se organizem para tornar esse conhecimento fácil de entender, útil e adaptado às diferentes condições de vida das pessoas. Assim, será possível diminuir a diferença entre saber e colocar em prática, garantindo mais segurança financeira e autonomia para as próximas gerações.

Este estudo buscou, de forma prática, fornecer elementos que auxiliem na criação de programas de educação financeira mais efetivos e acessíveis, voltados especialmente para jovens. Ao demonstrar, com base em dados concretos, a diferença entre o conhecimento teórico e a aplicação prática, os resultados oferecem apoio para que políticas públicas, instituições de ensino e o setor financeiro desenvolvam iniciativas educacionais contínuas e adequadas à realidade socioeconômica de diferentes grupos. Nesse ponto, os princípios da Teoria da Carteira de Investimentos também dialogam com os resultados, já que a diversificação de aplicações financeiras, apontada como insuficiente pelos respondentes, é essencial para mitigar riscos e garantir maior estabilidade patrimonial no futuro.

No campo acadêmico, este estudo agrega à literatura ao incluir variáveis comportamentais, econômicas e contextuais no debate sobre planejamento previdenciário, algo ainda pouco explorado no Brasil. Socialmente, reforça a urgência de ampliar o acesso a informações precisas e a ferramentas de planejamento a longo prazo, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade econômica na aposentadoria e estimular hábitos financeiros mais sustentáveis desde cedo.

Apesar das contribuições, é fundamental reconhecer as limitações do estudo. A seleção da amostra, limitada a uma área geográfica específica, pode dificultar a aplicação dos resultados em todo o território nacional. Além disso, o uso de questionários traz riscos de vieses, como a superestimação ou subestimação do próprio conhecimento financeiro.

Para estudos futuros, recomenda-se aumentar o tamanho da amostra para diferentes regiões e faixas socioeconômicas. Também seria relevante promover estudos comparativos com outros países, a fim de identificar práticas bem-sucedidas que possam ser adaptadas ao contexto brasileiro, fortalecendo políticas e programas de educação financeira alinhados aos desafios atuais e futuros da previdência.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Raio X do Investidor Brasileiro – ANBIMA**. Disponível em:
<https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-brasileiro.htm>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas monetárias e de crédito**. Disponível em:
https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito?utm_source=chatgpt.com.
Acesso em: 25 mai. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira 2021**. Brasília: BCB, 2021. Disponível em:
https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/rif/relatorio_de_cidadania_financeira_2021.pdf.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Utilização do cheque especial: perfil dos usuários**. Estudos Especiais, nº 44. Brasília: BCB, 2019. Disponível em:
https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE044_Utilizacao_do_cheque_especial_perfil_dos_usuarios.pdf
BARRETO, F. A. **Disparidades regionais do endividamento familiar e os vieses comportamentais | Blog do IBRE**. Disponível em:
<https://blogdoibre.fgv.br/posts/disparidades-regionais-do-endividamento-familiar-e-os-vieses-comportamentais?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 25 mai. 2025.

BODIE, Z.; KANE, A.; MARCUS, A. J. **Investments**. 10. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2014.

BRAUN, D.; NETTO, H. Financial Illiteracy and customer credit history. **Review of Business Management**, v. 22, n. Special Issue, p. 421–436, 15 maio 2020.

BROWN, M.; GRAF, R. **Financial Literacy and Retirement Planning in Switzerland**. Numeracy, v. 6, n. 2, jul. 2013.

BROWN, J. R.; KAPTEYN, A.; MITCHELL, O. S. Framing and claiming: how information framing affects expected social security claiming behavior. **Journal of Risk and Insurance**, v. 83, n. 1, p. 139–162, 10 jul. 2013.

CHO, Y. (2022). Daniela Campello and Cesar Zucco. The Volatility Curse: Exogenous Shocks and Representation in Resource-Rich Democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. 240 pages. ISBN: 978-1-108-84197-5. **Revista Latinoamericana De Opinión Pública**, 11(1), 169–175.

DE ANDRADE, B. et al. **Retirement Age In Brazil: Impacts And Challenges For The Efficiency Of The Pension System**. v. 26, p. 44–52, 2024.

DE ECONOMIA BANCÁRIA, Estudo Especial nº 89/2020 –. Divulgado Originalmente Como Boxe do Relatório. **Fintechs de crédito e bancos digitais**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/estudosospeciais/ee089_fintechs_de_credito_e_bancos_digitais.pdf?utm_source=chatgpt.com>.

DO. **Ipea: aumento do trabalho informal está ligado à baixa fiscalização**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/ipea-aumento-do-trabalho-informal-esta-ligado-baixa-fiscalizacao>>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ELTON, E. J.; GRUBER, M. J.; BROWN, S. J.; GOETZMANN, W. N. **Modern Portfolio Theory and Investment Analysis**. 8. ed. Hoboken: Wiley, 2011.

Em 2017, PIB cresce 1,3% e chega a R\$ 6,583 trilhões | **Agência de Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25921-em-2017-pib-cresce-1-3-e-chega-a-r-6-583-trilhoes>>.

FRANÇA, L. H. DE F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 738–751, 2009.

FERNANDES, D.; LYNCH, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial Literacy, Financial Education, and Downstream Financial Behaviors. **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 1861–1883, ago. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259763070_Financial_Literacy_Financial_Education_and_Downstream_Financial_Behaviors. Acesso em: 15 out. 2024.

FERREIRA, J.; LIMA, D. **Planejamento financeiro para a aposentadoria**: como os profissionais do setor privado estão planejando financeiramente a aposentadoria. 2020. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

FERREIRA, J. C. A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL PARA A QUALIDADE DE VIDA. **Caderno de Administração**, v. 11, n. 1, 1 dez. 2017.

FREDERICK, S.; LOEWENSTEIN, G.; O'DONOGHUE, T. Time Discounting and Time Preference: A Critical Review. **Journal of Economic Literature**, v. 40, n. 2, p. 351–401, jun. 2002.

GARBER, G. et al. Household Credit as Stimulus? Evidence from Brazil. **SSRN Electronic Journal**, 2021.

GIAMBIAGI, F.; PINTO, F.; ROTHMULLER, L. **Reforma previdenciária em 2019 - Elementos para uma tomada de decisão.** [s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/15304/1/Reforma%20previdenci%C3%A1ria%20em%202019_Elementos%20para%20uma%20tomada%20de%20decis%C3%A3o_PBD.pdf?utm_source=chatgpt.com>.

HURWICZ, L. The Theory of Economic Behavior. **The American Economic Review**, v. 35, n. 5, p. 909–925, 1945.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. **Prospect Theory: an Analysis of Decision under Risk.** [s.l: s.n.]. Disponível em:

https://web.mit.edu/curhan/www/docs/Articles/15341_Readings/Behavioral_Decision_Theory/Kahneman_Tversky_1979_Prospect_theory.pdf.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; VAN OUDHEUSDEN, P. **Financial Literacy Around the World: insights from the Standard & Poor's ratings services global financial literacy survey.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf>.

LUCA, A. D. **Maioria dos brasileiros não consegue guardar dinheiro, mostra pesquisa.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/maioria-dos-brasileiros-nao-consegue-guardar-dinheiro-mostra-pesquisa/?utm_source=chatgpt.com>.

LUSARDI, A. **Financial Literacy: An Essential Tool for Informed Consumer Choice?** SSRN Electronic Journal, 2008.

LUSARDI, A. Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications, **Swiss Journal of Economics and Statistics**, 2019.

LUSARDI, A. The Lifelong Benefits of Improved Financial Literacy. **Electronic Journal**, 2023. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4747698. Acesso em: 30 set. 2024.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5–44, 2014.

MARKOWITZ, H. Portfolio Selection. **The Journal of Finance**, v. 7, n. 1, p. 77–91, 1952.

MERTON, R. C. **Continuous-Time Finance.** Oxford: Blackwell, 1990.

MITCHELL, O. S.; LUSARDI, A. Financial Literacy and Economic Outcomes: Evidence and Policy Implications. **The Journal of Retirement**, v. 3, n. 1, p. 107–114, 30 jun. 2015.

MODIGLIANI, F. Ciclo de vida, parcimônia individual e a riqueza das nações. **Science**, v. 234, p. 704–712, 1986.

CALADO, L. **Novas Estratégias de Educação Financeira que Possam ser Adaptadas e Implementadas no Brasil à Luz do Levantamento das Iniciativas Europeias**. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/outros/imagens/2016/09/estudoprogeduart2.pdf?utm_source=chatgpt.com>.

OFFICE, A. **Financial Technology: Products Have Benefits and Risks to Underserved Consumers, and Regulatory Clarity Is Needed**. Disponível em: <https://www.gao.gov/products/gao-23-105536?utm_source=chatgpt.com>.

Para Idec, semana ENEF é ineficaz diante do superendividamento da população. Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/para-idec-semana-enef-e-ineficaz-diante-do-superendividamento-da-populacao?utm_source=chatgpt.com>.

PELICIOLO, A.; FERRANTI, P. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2934/1/000432503-Texto%2BCompleto-0.pdf>>.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Pesquisa Fintechs de Crédito Digital 2024**. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividade/financeiro/2024/pesquisa-fintechs-de-credito-digital-2024.html?utm_source=chatgpt.com>.

SILVA, Emmanuel Marques; RUY, Fabiano Borges; NASCIMENTO, Adelson Pereira do; CANESE, Emiliano Joel Estigarribia. Imposto de renda e previdência privada: benefícios fiscais e tributação regressiva. **Revista de Ciências da Administração**, [S. l.], v. 24, n. 64, p. 43–62, 2023. DOI: 10.5007/2175-8077.2022.e79488. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/79488>.

SILVA. **Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15705-baixa-fiscalizacao-pode-explicar-permanencia-da-informalidade-mesmo-em-cenario-de-baixo-desemprego>>.

SILVA. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15044-ipea-estima-que-numero-de-beneficiarios-da-previdencia-pode-dobrar-ate-2060-alcancando-66-milhoes?>>.

SHEFRIN, H.; THALER, R. **An Economic Theory Of Self-Control**. NBER Working Paper Series, [s.l: s.n.]. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w0208/w0208.pdf.

SOARES, F. P.; COSTA, C. E. F.; GARCIA, M. S. R. Evidências dos impactos de um maior nível de Educação Financeira na vida das pessoas. **Revista Educação Matemática em Foco**. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REM/article/view/2660/2573>. Acesso em: 2 set. 2024.

TOMAR, S. et al. psychological determinants of retirement financial planning behavior. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 432–449, set. 2021.

VIDA. **Em 2023, expectativa de vida chega aos 76,4 anos e supera patamar pré-pandemia | Agência de Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41984-em-2023-expectativa-de-vida-chega-aos-76-4-anos-e-supera-patamar-pre-pandemia>>.

VIEIRA, K. M.; MATHEIS, T. K.; ROSENBLUM, T. O. A. **Financial preparation for retirement: multidimensional analysis of the perception of Brazilians**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 34, p. e1705, 31 mar. 2023.